



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 8/XIII/ 1.^a SL

Aos 12 dias do mês de janeiro de 2016, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

15:00 Audição do Diretor do Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal, Dr. Pedro Valente da Silva.

16:00

1. Informações.
2. Apreciação e votação da Ata n.º 7, referente à reunião de 5 de janeiro de 2016.
3. Proposta apresentada pela Senhora Embaixadora do Reino Unido em Portugal, Kirsty Hayes, sobre o formato da audição na Comissão de Assuntos Europeus acerca das propostas do Primeiro-Ministro David Cameron para a reforma da União Europeia e do futuro referendo no Reino Unido.
4. Nomeação de Juiz nacional no Tribunal Geral da União Europeia: Audição na CAE ao abrigo do Artigo 7.º-A - Audição de personalidades nomeadas ou designadas pelo Governo para cargos da União Europeia - da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio.
5. Proposta de cartão verde apresentada pela Assembleia Nacional Francesa relativa à responsabilidade social das empresas na União Europeia. É solicitada a pronúncia das Comissões de Assuntos Europeus de todas as Câmaras parlamentares.
6. Assuntos relativos ao seguimento da reunião interparlamentar sobre "The future institutional evolution of the Union. Reinforcing the parliamentary scrutiny



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 8/XIII/ 1.^a SL

of the EU governance", promovida pela Comissão de Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu (AFCO), em 19 de novembro de 2015.

7. Nomeação de Deputado autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Projeto Conjunto de 2015 do Conselho e da Comissão sobre a aplicação do quadro renovado para a cooperação europeia no domínio da juventude (2010-2018) - [COM(2015)429], *objeto de Relatório da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto.*

Deputado autor de Parecer: cabe ao PSD

Iniciativa não selecionada

b) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Melhorar o Mercado Único: mais oportunidades para os cidadãos e as empresas - [COM(2015)550], *objeto de Relatório da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto.*

Deputado autor de Parecer: cabe ao PS

Iniciativa não selecionada

c) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO BANCO CENTRAL EUROPEU, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU, AO COMITÉ DAS REGIÕES E AO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO - Análise Anual do Crescimento para 2016 - Reforçar a retoma e fomentar a convergência [COM(2015)690] + PROJETO DE RELATÓRIO CONJUNTO SOBRE O EMPREGO DA COMISSÃO E DO CONSELHO que acompanha a Comunicação da Comissão sobre a Análise



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 8/XIII/ 1.^a SL

Anual do Crescimento para 2016 - [COM(2015)700], objeto de Relatório da Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas.

Deputado Autor de Parecer: cabe ao PSD
Iniciativas selecionadas

NOTA: A CAE aguarda, no dia 28 de janeiro, o Relatório da Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, após o que será distribuído ao Autor de Parecer que for designado para o efeito.

8. Outros assuntos.

15:00 Audição do Diretor do Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal, Dr. Pedro Valente da Silva.

A Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Europeus (CAE) deu as boas vindas ao Diretor do Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal, Dr. Pedro Valente da Silva, tendo enquadrado a audição no âmbito da troca de impressões sobre futura articulação entre a o Gabinete e a Comissão.

A Senhora Presidente agradeceu a disponibilidade da participação na reunião da CAE, salientando que as relações entre as duas instituições tem sido muito estreita e produtiva, desejando que a situação viesse a manter-se, no futuro.

Nesse sentido, a Assembleia da República, em particular a Comissão de Assuntos Europeus, manifestava interesse em ter conhecimento e em participar nas atividades desenvolvidas pelo Gabinete, sempre que possível.

Na sua alocução inicial o Dr. Pedro Valente da Silva agradeceu o convite formulado e começou por se referir às funções e natureza do Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal, destacando a existência de sete funcionários, de nacionalidade portuguesa,



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 8/XIII/ 1.^a SL

com vínculo às instituições europeias; a data da sua própria nomeação, em fevereiro de 2013 e o seu percurso profissional no quadro das relações externas, no Parlamento Europeu; a génese e o orçamento atribuído ao Gabinete.

O orador referiu-se às atividades realizadas no âmbito do relacionamento com os *stakeholders* (adiante designados partes interessadas) e a ligação destes aos Deputados portugueses ao Parlamento Europeu, no contexto de uma abordagem temática. Neste âmbito, mencionou a organização de eventos, sobretudo quando se trata de processos legislativos em curso, nos quais os Deputados são relatores, permitindo a troca de impressões para a recolha de contributos.

Ainda no âmbito do diálogo com as partes interessadas, existe uma seleção de temas: o mecanismo de deslocação permanente dos refugiados e o fundo de compensação.

Foram referidos os valores da UE, partilhados pelo Parlamento Europeu, com incidência na celebração do Dia Internacional dos Direitos da Mulher; os refugiados; o Dia da Europa e o interesse em celebrá-lo em conjunto com a CAE; e a promoção do Prémio Sakarov, que este ano o Gabinete tinha conseguido trazer um premiado à Assembleia da República.

Outras iniciativas de relevo desenvolvidas enquadravam-se na promoção da cultura e produção cinematográfica europeias – na qual tinha sido feito um grande esforço para a divulgação de filmes, descentralizando as iniciativas em Coimbra, Faro e Porto.

Quando são promovidos eventos com as partes interessadas, o Gabinete mobiliza o setor académico.

Outra atividade contempla as relações com a imprensa, da qual o orador é o chefe de gabinete, contando com mais dois técnicos, uma conselheira de imprensa e quatro funcionários com funções de natureza administrativa-financeira. Existe uma verba que permite a deslocação de jornalistas a Bruxelas, havendo espaço para que estes estabeleçam contactos com os Deputados portugueses.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 8/XIII/ 1.^a SL

Quanto às relações com os Parlamentos nacionais, dependiam da disponibilidade dos Deputados ao Parlamento Europeu para apresentarem relatórios, dos quais eram relatores.

No domínio do Parlamento dos Jovens, há um protocolo assinado entre a Secretária-Geral da Assembleia da República e o Parlamento Europeu, para abordagem das matérias europeias, o qual foi objeto de revisão recente para efeito da sua continuidade. O Gabinete assegura a participação de escolas, até três, nas sessões do EUROSCOLA, permitindo que seja feito uma simulação do Parlamento Europeu, criando assim sinergias, bem como a sua deslocação a Estrasburgo.

O Parlamento Europeu mantém uma política de subvenções anuais, no quadro de iniciativas, no âmbito da internet e no audiovisual. Neste sentido, o programa televisivo “Os Europeus” recebe uma subvenção. É aberto um concurso anual, em setembro, no qual se candidatam os operadores da TV portuguesa, submetido a um júri sediado em Bruxelas.

No capítulo da realização de outros eventos, relativos a seminários e conferências, da parte da academia e de centros de estudos não se tinham registado candidaturas, no decurso da concretização do último concurso efetuado para o efeito.

Em seguida, a Senhora Presidente deu a palavra aos Senhores Deputados para, querendo, formularem perguntas.

Nesse contexto intervieram os seguintes Senhores Deputados: Miguel Morgado (PSD); Edite Estrela (PS); Vitalino Canas (PS); Isabel Pires (BE); Nuno Magalhães (CDS-PP) e Eurico Brilhante Dias (PS).

Interveio, de seguida, o Dr. Pedro Valente da Silva para responder às questões apresentadas pelos Senhores Deputados.

Por fim, a Senhora Presidente interveio para referir que a Comissão encontrava-se cabalmente esclarecida com as intervenções do Dr. Pedro Valente da Silva,



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 8/XIII/ 1.ª SL

agradecendo a sua exposição profícua e o trabalho desenvolvido pelo Gabinete do Parlamento Europeu, em Portugal e reiterando o reforço do estreitamento das relações bilaterais entre ambas as instituições.

A reunião foi gravada, constituindo a gravação parte integrante da presente ata, podendo ser consultada no seguinte endereço:

http://srvvideo3/site/XIIILEG/1SL/COM/04_CAE/CAE_20160112_1.mp3

16:00

1. Informações.

A Senhora Presidente da Comissão, Deputada Regina Bastos, começou por prestar as seguintes informações:

- O Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS), membro efetivo na CAE, tinha sido substituído pelo Senhor Deputado Paulo Duarte Marques (PS), como membro efetivo na CAE.

- Sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2016, informação da Representante Permanente da AR junto da UE deu nota de que o Gabinete do Comissário Europeu Christos Stylianides – Ajuda humanitária e Gestão da Crise – propôs a data de 16 de fevereiro – 3.ª feira - para a sua apresentação, na Assembleia da República.

A data mencionada corresponde ao primeiro dia da Semana Parlamentar Europeia, que inclui um dia, 16 de fevereiro sobre o novo ciclo do Semestre Europeu e um segundo dia, 17 de fevereiro, sobre a Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação e Governança Económica (a do artigo 13.º).

Sendo importante a decisão pela CAE de confirmação da audição, nesse mesmo dia, visto que, de acordo com a informação da Representante permanente da AR junto da UE, poderia ser difícil contar com a presença de um Comissário ainda em fevereiro, noutra data, ouvidos os Senhores Deputados, foi deliberado confirmar a mesma no dia 16 de fevereiro, da parte da manhã.

- A próxima reunião da CAE teria lugar no dia 19 de janeiro, às 14h30, com vista à audição do Embaixador dos Países Baixos para apresentação das prioridades e programa da Presidência do Conselho da União Europeia – seguida da reunião ordinária.

A Senhora Presidente informou que a pedido do Senhor Embaixador, consigo tinha previamente reunido, para efeito de tomar conhecimento sobre o formato da audição.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 8/XIII/ 1.^a SL

Dessa forma, tinha demonstrado respeito pelo Parlamento e vontade na colaboração bilateral.

2. Apreciação e votação da Ata n.º 7, referente à reunião de 5 de janeiro de 2016.

A Senhora Presidente submeteu a Ata supra mencionada à apreciação dos Senhores Deputados, tendo a Senhora Deputada Paula Santos (PCP) usado da palavra para se pronunciar sobre a mesma.

A Senhora Deputada Paula Santos (PCP) começou por referir que na última reunião tinha chegado atrasada, por razões de participação nos trabalhos de outra Comissão da qual fazia parte, numa altura em que se encontrava em apreciação uma proposta de atividade da CAE relativa à comemoração dos 30 anos da adesão de Portugal na CEE.

Nesse contexto, considerava que, matérias a serem apreciadas pela CAE deviam ser apresentadas com o tempo devido, para permitir a respetiva ponderação. A integração da mencionada proposta não tinha sido efetuada nas melhores circunstâncias.

Na sequência dessa situação, pretendia deixar registado que a atividade proposta devia ser abordada numa perspetiva mais abrangente, incluindo aspetos relativos aos impactos que a adesão tinham produzido nos mais variados setores, em Portugal. Tal como a atividade tinha sido inscrita no Plano de Atividades da CAE, o seu grupo parlamentar não acompanhava a iniciativa.

A Senhora Presidente interveio para referir que a inclusão no Plano de Atividades tinha sido antecedida da apresentação de uma proposta pelo PSD, secundada pelo PS. Na ocasião, tinha tido o cuidado especial, apesar de se estar no final da reunião, de perguntar se algum grupo parlamentar se opunha à inclusão do mencionado ponto no Plano de Atividades, tendo sido registado o acolhimento dos Senhores Deputados presentes.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 8/XIII/ 1.ª SL

A Senhora Presidente sugeriu que a Senhora Deputada Paula Santos (PCP) apresentasse uma alteração concreta à Ata, podendo formalizar uma declaração de voto escrita, naquele momento, ou no da discussão sobre o formato a adotar.

A Senhora Deputada Paula Santos (PCP) usou da palavra para confirmar a pergunta feita pela Senhora Presidente, quanto ao acolhimento da proposta de inclusão da iniciativa no Plano de Atividades e uma vez que este documento já tinha sido enviado superiormente, reiterava que o PCP não acompanhava essa inclusão, tal como tinha sido inscrita.

Sobre o assunto em apreciação intervieram os Senhores Deputados Duarte Marques (PSD) para dizer que a Ata não podendo alterar a realidade, sugeria a formalização de uma declaração de voto escrita; e Vitalino Canas (PS) para referir que a Ata espelhava os acontecimentos ocorridos na reunião, não especificando a posição do PCP.

A Senhora Deputada Paula Santos (PCP) tomou a palavra para dizer que, quem lesse a Ata não sabia em que condições tinha sido feita a inclusão do ponto em apreço. Aceitava a sugestão de apresentar uma declaração de voto, e sublinhava que o que era relevante era associar à inclusão da iniciativa no Plano de Atividades a referência aos impactos da adesão, nos mais variados setores, em Portugal.

A Senhora Presidente informou que era sua intenção apresentar a referida iniciativa na próxima Conferência de Presidentes das Comissões, dando, posteriormente, conta à CAE do seu desenvolvimento naquela sede.

Submetida a votação foi a Ata n.º 7, referente à reunião de 5 de janeiro de 2016, aprovada com os votos a favor do PSD e PS, a abstenção do PCP e da Senhora Deputada Carla Tavares (PS), registando-se as ausências do BE e do CDS-PP.

3. Proposta apresentada pela Senhora Embaixadora do Reino Unido em Portugal, Kirsty Hayes, sobre o formato da audição na Comissão de Assuntos Europeus acerca das propostas do Primeiro-Ministro David



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 8/XIII/ 1.ª SL

Cameron para a reforma da União Europeia e do futuro referendo no Reino Unido.

A Senhora Presidente deu conhecimento de que tinha sido recebido um e-mail, enviado pela Embaixada do Reino Unido sobre o convite que lhe havia sido dirigido pelo Senhor Deputado Vitalino Canas (PS) e por si própria para uma audição na CAE, na Assembleia da República, no dia 2 de fevereiro, sobre as propostas apresentadas pelo Primeiro-Ministro David Cameron para a reforma da UE e sobre o futuro referendo no Reino Unido, no qual era sugerida a extensão à participação de outras Comissões.

Importando decidir sobre o formato a adotar, afigurava-se a ambos que, num primeiro momento a atenção deveria estar focada apenas na audição com a CAE; e num segundo momento, caso viesse a ser avaliada a necessidade de aprofundamento de algumas matérias, então, convidar-se-iam as Comissões setoriais.

A sugestão referida foi acolhida pelos Senhores Deputados Vitalino Canas (PS) que a reiterou e Duarte Marques (PSD).

4. Nomeação de Juiz nacional no Tribunal Geral da União Europeia: Audição na CAE ao abrigo do Artigo 7.º-A - Audição de personalidades nomeadas ou designadas pelo Governo para cargos da União Europeia - da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio.

A Senhora Presidente deu nota do assunto mencionado em epígrafe e pronunciando-se sobre o mesmo, referiu que, considerando que não tinham sido indicados pelo Governo os nomes dos três candidatos, e os respetivos *Curricula*, tinha enviado uma carta ao Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares a solicitar essa informação, bem como sobre o prazo para a realização da audição, nos termos do n.º 6 do artigo 7.º-A da Lei n.º 43/2006 de 25 de agosto, alterada pela lei n.º 21/2012 de 17 de maio.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 8/XIII/ 1.ª SL

Interveio o Senhor Deputado Vitalino Canas (PS) para dizer que concordava com o procedimento efetuado e que se aguardava a indicação das personalidades, pelo Governo.

5. Proposta de cartão verde apresentada pela Assembleia Nacional Francesa relativa à responsabilidade social das empresas na União Europeia. É solicitada a pronúncia das Comissões de Assuntos Europeus de todas as Câmaras parlamentares.

A Senhora Presidente, de acordo com a informação prestada pela Representante Permanente da AR junto da UE deu nota de que, no âmbito da reunião informal do Grupo de Trabalho da COSAC, no dia 30 de outubro de 2015, a Presidente da Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia Nacional Francesa tinha apresentado uma proposta de cartão verde relativa à responsabilidade social das empresas na União Europeia. Nessa medida, colocava à consideração da CAE o envolvimento da comissão especializada competente, no caso a Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS). Caso a CAE concordasse, o envio do relatório desta Comissão à CAE deveria ser até ao dia 29 de janeiro, para que a aprovação do parecer pudesse ter lugar no dia 16 de fevereiro.

A Assembleia Nacional Francesa tinha estabelecido a data limite de 17 de fevereiro de 2016 para as comissões de assuntos europeus das Câmaras parlamentares subscreverem esta iniciativa, apresentarem comentários ou propostas de alteração.

Até ao momento, registavam-se as pronúncias dos Parlamentos da Suécia (não participa em nenhum cartão verde, por uma questão de princípio); do Bundestag da Alemanha (sugere que esta proposta seja discutida no âmbito da próxima COSAC e gostaria que o parlamento Europeu estivesse envolvido); da *House of Lords* do Reino Unido (solicitou alguns esclarecimentos sobre aspetos da proposta e só irá decidir brevemente); e da Finlândia (não irá participar).

Considerando que o prazo limite seria 17 de fevereiro, seria expectável que mais respostas pudessem ocorrer até ao final de janeiro.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 8/XIII/ 1.ª SL

O Senhor Deputado Vitalino Canas (PS), pronunciando-se sobre o assunto, referiu que a iniciativa tinha mérito, mas lembrava que ainda não tinham sido definidas as regras para o cartão verde. A resposta a dar à Assembleia Nacional Francesa poderia ser ambígua no sentido de ser transmitido que, embora tivesse mérito, não estavam ainda definidas as questões fundamentais associadas à utilização do cartão verde.

O Senhor Deputado Duarte Marques (PSD) interveio para se pronunciar sobre as empresas subcontratadas e a responsabilidade social da comunidade e junto dos trabalhadores. Devia ser pedido um parecer à Comissão de Trabalho e Segurança Social e à Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, respetivamente. Embora não se tratasse de uma matéria fundamental, a CAE deveria estar atenta.

Intervieram, em seguida, os Senhores Deputados Paula Santos (PCP) para referir que o assunto, carecendo de uma ponderação mais aprofundada, em razão da matéria e quanto à pronúncia de outros Parlamentos, sugeria que fosse adiado e retomado na reunião seguinte; e Duarte Marques (PSD) para dizer que se esperasse pela COSAC para decisão da CAE.

A Senhora Presidente referiu o adiamento deste ponto da agenda, para a reunião seguinte.

6. Assuntos relativos ao seguimento da reunião interparlamentar sobre "The future institutional evolution of the Union. Reinforcing the parliamentary scrutiny of the EU governance", promovida pela Comissão de Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu (AFCO), em 19 de novembro de 2015.

A Senhora Presidente, de acordo com a informação prestada pela Representante Permanente da AR junto da UE deu nota de que, no seguimento da reunião da Comissão AFCO (Assuntos Constitucionais) do Parlamento Europeu, em 19 de novembro, na qual tinha participado o Senhor Deputado Duarte Marques, e no prosseguimento da abertura então demonstrada pelos Relatores do Parlamento



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 8/XIII/ 1.ª SL

Europeu para receberem contributos dos Parlamentos nacionais, tinha sido enviado o contributo (versão em Inglês) aprovado pela CAE da Eslovénia, enviado à comissão AFCO do Parlamento Europeu.

Recordava-se que no final do Relatório da referida reunião tinha sido proposto que a CAE também pudesse debater e formular um contributo: *"Tendo presente o debate ocorrido, a importância do tema e a solicitação efetuada pela Presidente da Comissão AFCO e pelos dois Relatores sugere-se que a Comissão de Assuntos Europeus possa debater o documento de trabalho e preparar um contributo, que possa focar, em especial, as matérias relacionadas estritamente com os Parlamentos nacionais e, em geral, aquelas que dizem respeito à arquitetura institucional europeia."*

Colocado à consideração dos Senhores Deputados, foi entendido que o assunto era inócuo e factual.

7. Nomeação de Deputado autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Projeto Conjunto de 2015 do Conselho e da Comissão sobre a aplicação do quadro renovado para a cooperação europeia no domínio da juventude (2010-2018) - [COM(2015)429], objeto de Relatório da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto.

Deputado autor de Parecer: cabe ao PSD

Iniciativa não selecionada

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autor do Parecer, o Senhor Deputado Duarte Marques.

b) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 8/XIII/ 1.ª SL

COMITÉ DAS REGIÕES - Melhorar o Mercado Único: mais oportunidades para os cidadãos e as empresas - [COM(2015)550], objeto de Relatório da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto.

Deputado autor de Parecer: cabe ao PS

Iniciativa não selecionada

O Grupo Parlamentar do PS indicou como Autor do Parecer, o Senhor Deputado Paulo Duarte Marques.

c) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO BANCO CENTRAL EUROPEU, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU, AO COMITÉ DAS REGIÕES E AO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO - Análise Anual do Crescimento para 2016 - Reforçar a retoma e fomentar a convergência [COM(2015)690] + PROJETO DE RELATÓRIO CONJUNTO SOBRE O EMPREGO DA COMISSÃO E DO CONSELHO que acompanha a Comunicação da Comissão sobre a Análise Anual do Crescimento para 2016 - [COM(2015)700], objeto de Relatório da Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas.

Deputado Autor de Parecer: cabe ao PSD

Iniciativas selecionadas

NOTA: A CAE aguarda, no dia 28 de janeiro, o Relatório da Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, após o que será distribuído ao Autor de Parecer que for designado para o efeito.

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autora do Parecer, a Senhora Deputada Maria Luís Albuquerque.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 8/XIII/ 1.ª SL

8. Outros assuntos.

A Senhora Presidente, de acordo com a informação da Representante Permanente da AR junto da UE deu nota do seguinte:

“No seguimento da transmissão da Resolução do Parlamento Europeu sobre a Reforma do Ato relativo à eleição dos representantes ao Parlamento Europeu por sufrágio universal direto, a qual tem em anexo a proposta em concreto que altera o referido Ato, cumpre referir que:

- Os serviços jurídicos do Parlamento dos Países Baixos consideraram que se trata de um projeto de ato legislativo, pelo que deveria ter sido enviada nos termos previstos nos artigos 4.º e 5.º do Protocolo relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade anexo aos Tratados, o que permitiria que os Parlamentos nacionais se pudessem pronunciar no prazo de 8 semanas relativamente à conformidade com o princípio da subsidiariedade.

Nesses termos, o referido Parlamento encontra-se a preparar uma carta a dirigir ao Parlamento Europeu, na qual questiona a opção do Parlamento Europeu pelo envio, sem ser em cumprimento do referido Protocolo. A carta não mencionará quaisquer questões relativamente ao conteúdo e deter-se-á apenas nos aspetos formais de transmissão, solicitando ainda que o projeto de ato legislativo possa ser corretamente transmitido aos Parlamentos nacionais. A carta será assinada pelos Presidentes das comissões competentes.

O Parlamento dos Países Baixos considerou que a carta teria uma maior repercussão se fosse co-assinada por outros Parlamentos nacionais, que concordassem com o referido entendimento, pelo que solicitou que todos os Parlamentos nacionais que concordem se manifestem até ao final desta semana. (A maioria das comissões competentes analisarão esta questão nas reuniões desta semana, sendo que as opiniões dos serviços jurídicos do Bundesrat da Alemanha e da House of Commons do Reino Unido vão no mesmo sentido da opinião dos serviços jurídicos do Parlamento dos Países Baixos.)”



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 8/XIII/ 1.^a SL

Sobre o exposto, interveio o Senhor Deputado Vitalino Canas (PS) para referir que se tratava de uma competência reservada do Parlamento Europeu, uma vez que nos termos do artigo 223.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, o Parlamento Europeu é competente para "*estabelecer as disposições necessárias para permitir a eleição dos seus membros por sufrágio universal direto, segundo um processo uniforme em todos os Estados-membros ou baseado em princípios comuns a todos os Estados-Membros*" e que, "o projeto de ato legislativo seguirá o processo legislativo especial, isto é, o Conselho deliberará por unanimidade, após a aprovação no Parlamento Europeu por maioria dos membros que o compõem." Os parlamentos nacionais poderiam pronunciar-se sobre o princípio da proporcionalidade e não vigorando o prazo das 8 semanas, não se tratava do princípio da subsidiariedade. Considerava que parecia que a CAE deveria associar-se à iniciativa proposta, devendo proceder à sua comunicação para esse efeito.

Em seguida, interveio o Senhor Deputado Miguel Morgado (PSD) para referir que o entendimento do PSD sobre a mesma matéria era o mesmo que o anteriormente exposto. A falta de tempo dificultava um pedido de parecer aos serviços jurídicos sobre o assunto.

A Senhora Presidente concluiu o debate, considerando que a CAE iria associar-se à mencionada carta, cujo prazo terminava em 15 de janeiro, e acrescentou que o assunto poderia ser abordado na audição com o Embaixador dos Países Baixos, no dia 19 de janeiro.

De seguida, interveio o Senhor Deputado António Costa Silva (PSD) para manifestar repúdio quanto ao atentado ocorrido, nessa manhã, na Turquia, tendo causado danos físicos. Nesse sentido, manifestava solidariedade às famílias atingidas e tinha a perspetiva de que viesse a ser iniciado um inquérito para apuramento da referida situação.

O Senhor Deputado Vitalino Canas (PS) usou da palavra, em seguida, para formular a adesão do PS à declaração proferida pela intervenção anterior.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 8/XIII/ 1.^a SL

Por fim, a Senhora Presidente lembrou a necessidade de serem agendadas as audições previstas no Plano de Atividades.

A presente Ata foi objeto de gravação, podendo ser acedida em http://srvvideo3/site/XIIIILEG/1SL/COM/04_CAE/CAE_20160112_2.mp3

A reunião foi encerrada às 17:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 15 janeiro 2016.

A PRESIDENTE

(REGINA BASTOS)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 8/XIII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Costa Silva
António Gameiro
António Sales
Carla Tavares
Carlos Pereira
Duarte Marques
Edite Estrela
Eurico Brilhante Dias
Inês Domingos
Isabel Pires
Manuel Rodrigues
Maria Luís Albuquerque
Miguel Morgado
Moisés Ferreira
Nuno Magalhães
Palmira Maciel
Paula Santos
Paulo Duarte Marques
Pedro Mota Soares
Regina Bastos
Rubina Berardo
Vitalino Canas
António Cardoso
Feliciano Barreiras Duarte
Fernando Virgílio Macedo
Jorge Lação
Paulo Trigo Pereira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Costa Neves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: